



Carta aberta aos Servidores

Prezados colegas,

Diante dos novos fatos entendemos ser necessário prestar os seguintes esclarecimentos à categoria. A necessidade deste esclarecimento decorre das manifestações realizadas pela Administração Superior nas mais recentes reuniões com a categoria, oportunidade em que voltou a atribuir à ASDPERJ a responsabilidade pela perda das emendas parlamentares, reafirmou a impossibilidade de implementação da Acumulação por Acervo Processual para os servidores e sustentou a manutenção de tratamento diferenciado nas verbas de caráter social. Diante desse cenário, entendemos ser indispensável apresentar à categoria o histórico dos fatos.

Desde o início da atual gestão, a ASDPERJ manteve uma postura pautada pelo respeito à institucionalidade, mantendo os canais de diálogo sempre abertos, francos e cordiais com a Administração Superior, acreditando firmemente na construção conjunta de soluções. A nossa expectativa legítima, e intenção clara desde as primeiras tratativas, era o envio de um Projeto de Lei exclusivo focado na reestruturação e melhoria da carreira dos servidores.

Essa confiança republicana baseava-se em **promessas verbalizadas em diversas reuniões de que a Defensoria caminharia em compasso de simetria com as demais carreiras jurídicas do Estado, estabelecendo um paradigma de equiparação com a PGE**. Em nossa pauta de diálogo, levamos desde o início demandas urgentes, como o nosso desejo por um plano de saúde digno.

Ademais, também nos opusemos a fixação do paradigma de que a valorização dos servidores da Defensoria Pública deveria estar atrelada exclusivamente ao modelo remuneratório dos servidores da Procuradoria-Geral do Estado. Sempre defendemos que o parâmetro de justa equidade deve ser buscado junto às carreiras congêneres, representadas pelos quadros de apoio do Ministério Público e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cujas atribuições, estrutura e realidade institucional guardam maior identidade com a nossa. Trata-se, inclusive, da mesma lógica adotada pelos próprios membros da Defensoria Pública, que legitimamente buscam a equiparação com as carreiras da Magistratura e do Ministério Público.

Contudo, com o passar do tempo, a realidade nos impôs um contraste amargo e uma **profunda assimetria de tratamento**. Presenciamos a ocorrência de incremento orçamentário na instituição que, infelizmente, não foi direcionado para a nossa categoria. Para os pleitos dos servidores, a Administração Superior passou a exigir exaustivamente o rigor da "reserva legal", postergando e negando nossos direitos sob a alegação de que nada poderia ser feito sem uma lei específica ou sem o momento político perfeito.

Por outro lado, essa barreira burocrática mostrou-se flexível e contornável quando o objetivo era implementar benefícios para outra categoria: **assistimos à implementação ágil da Acumulação por Acervo Processual e do robusto programa de saúde DPMED (onde a Defensoria custeia 80% das despesas) exclusivamente para os Membros, sem que houvesse a exigência do mesmo preciosismo legislativo prévio**. Ficou evidente que o rigor da lei e a suposta falta de orçamento eram obstáculos intransponíveis apenas para os servidores, esvaziando na prática a promessa de simetria que nos foi feita.

Os Acontecimentos na ALERJ

Diante da deflagração da Operação Contenção, a Administração Superior passou a alegar que não havia "clima político" na Assembleia Legislativa (ALERJ) para enviar nossas pautas de valorização, justificando um recuo institucional. Nesse mesmo período, enquanto a Administração Superior optava por não encaminhar nossas pautas de valorização, outras instituições do sistema de justiça, como PGE, TJ e TCE, encaminhavam e avançavam com suas próprias propostas. Diante da nossa cobrança, fomos surpreendentemente orientados pelo próprio Defensor Público-Geral a buscar o Parlamento para emendar o projeto de lei da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), sob a garantia de que tudo já estaria previamente acordado com o chefe daquela instituição. Contudo, ao chegarmos ao plenário, a realidade se impôs: fomos informados pelas lideranças partidárias que não havia acordo algum e que a promessa de articulação prévia era inexistente.

Foi nesse cenário de total desamparo que a ASDPERJ assumiu a linha de frente para defender o orçamento de toda a Instituição. Durante os debates do plenário, surgiu uma proposta drástica de retirar 15% do orçamento da Defensoria Pública para redirecionar à Segurança Pública. Sem a presença da Administração Superior no local naquele momento crítico, coube à Associação dialogar com os parlamentares, argumentando sobre a missão Institucional da Defensoria e o prejuízo que aquela



emenda traria à população fluminense, o que foi fundamental para que o autor da proposta recuasse e os milhões fossem preservados.

Logo em seguida, apesar de ter nos negado peremptoriamente o envio de um projeto próprio sob a alegação de falta de viabilidade política, a Chefia Institucional protocolou o PLC 47/2025. Enquanto estávamos na ALERJ tentando emendar o projeto de lei da PGE, seguindo a própria orientação que nos havia sido dada pela Administração, a realidade se impôs e descobrimos que o acordo prometido não existia. Diante daquela conjuntura, com as leis em trâmite no Parlamento — incluindo o recém-enviado PLC da Defensoria —, **os próprios deputados chegaram à conclusão lógica de que as emendas não deveriam ser feitas no projeto da PGE, mas sim discutidas e resolvidas no projeto da própria Defensoria, evitando futura alegação de vício de iniciativa.**

Assim, **por decisão dos parlamentares, as emendas foram redirecionadas para garantir que a palavra "servidores" fosse inserida de forma clara no nosso próprio texto legal**, evitando que fôssemos invisibilizados pelo uso do termo genérico "integrantes" em regulamentações futuras.

A resposta da Administração a essa movimentação natural do Parlamento foi uma convocação para uma reunião marcada por intimidação. **Em uma reunião marcada por forte tensão institucional, fomos advertidos de que nenhuma regulamentação avançaria caso permanecessemos atuando no Legislativo.** Como se não bastasse esse episódio, a Associação ainda foi acusada de ser usada politicamente por disputas internas, o que representou um desrespeito à liberdade associativa e a maturidade da nossa categoria.

O Fechamento das Portas e o E-mail de Fim de Ano

A aprovação do nosso direito de sermos expressamente citados na lei não foi recebida com espírito democrático pela Administração Superior, mas sim com uma retaliação institucional. No dia 19 de dezembro de 2025, a categoria foi surpreendida por um e-mail de fim de ano disparado pela Administração Superior que, em vez de pacificar e celebrar as conquistas da Instituição, serviu para atribuir à ASDPERJ a responsabilidade pelos acontecimentos.

Naquela mensagem oficial, **fomos acusados de sermos os responsáveis pela suposta perda de duas emendas parlamentares no valor de R\$ 100 milhões** (sendo R\$ 70 milhões que seriam destinados a despesas com pessoal). A



Administração passou a atribuir à atuação da ASDPERJ a perda dessas emendas, sustentando que a simples substituição da palavra 'integrantes' por 'servidores' no projeto de lei teria gerado questionamentos por parte do Poder Executivo e culminado na rejeição das verbas, culpando publicamente as "atitudes precipitadas de poucos" pelo impacto negativo nas finanças da Defensoria.

Como se não bastasse a tentativa de responsabilização injusta da categoria, **os ataques à Associação e aos seus representantes também ecoaram no Conselho Superior e por meio dos canais oficiais (ASCOM)**. Sob o pretexto de prestar esclarecimentos, o comunicado de fim de ano ofendeu a nossa classe ao nos acusar de promover a desunião, alegando "falta de maturidade institucional" e ausência de "liturgia mínima" no trato com a Chefia.

Essa postura de enfrentamento e responsabilização consolidou o fechamento abrupto das portas da Administração, culminando na quebra dos acordos firmados e inaugurando um longo e amargo período de portas fechadas para a nossa categoria.

O Silêncio Institucional e a Reabertura do Diálogo

O ano de 2026 iniciou-se em um cenário de distanciamento institucional e foi marcado por um profundo silêncio por parte da Administração Superior. Após o fatídico e-mail de fim de ano e os ataques direcionados à nossa representação, as portas da Instituição se fecharam abruptamente para os seus próprios trabalhadores.

Durante esse longo e amargo período sem qualquer interlocução — que se estendeu por meses —, a Associação manteve sua postura de serenidade e resiliência, aguardando que a Chefia Institucional retomasse a via republicana das negociações. O que vivenciamos na prática, contudo, foi a completa inércia e o **não cumprimento dos acordos que haviam sido previamente firmados com a categoria**. Os compromissos assumidos foram ignorados e paralisados, deixando o Quadro de Apoio mais uma vez à margem das prioridades.

Foi somente após meses de isolamento institucional, que os canais de comunicação foram finalmente reabertos em 2026. A ASDPERJ retornou à mesa de negociação com a mesma disposição construtiva de sempre, na esperança legítima de que a pausa tivesse servido para a Administração refletir e trazer, enfim, respostas efetivas para as nossas pautas de valorização.

"Não Há Verbas" e a Institucionalização da Desigualdade

Quando finalmente conseguimos retornar à mesa de negociação em 2026, a resposta que recebemos aos nossos pleitos de valorização foi um inflexível "não há verbas". Para agravar a situação, a Administração demonstrou uma conveniente confusão ao tentar igualar a mera progressão natural da nossa carreira — um direito estatutário preexistente — com a concessão de um efetivo aumento salarial anual.

O ponto que mais preocupou a categoria foi a manifestação da Chefia Institucional, na última reunião, no sentido de que seria 'correto' que as verbas indenizatórias — aquelas de caráter estritamente social, voltadas para a sobrevivência e dignidade do trabalhador (auxílio transporte, alimentação, auxílio educação e auxílio saúde) — fossem pagas de maneira diferenciada e assimétrica entre Membros e Servidores.

A institucionalização dessa desigualdade subverte a própria natureza dos auxílios e materializa-se de forma evidente no nosso dia a dia. No auxílio-transporte, por exemplo, a Instituição indeniza seus integrantes de forma desiguais, para se deslocarem para o mesmo prédio, ignorando o fato óbvio de que o custo da gasolina ou da passagem é universal, ditado pela geografia e não pela hierarquia do contracheque. No auxílio-educação, a Defensoria atrelou o benefício ao salário (na base de 1/30), desenhando um modelo excludente que destina valores elevados para custear o ensino dos dependentes de quem já ganha mais, enquanto delega frações irrisórias para os filhos da base.

Na saúde, a disparidade atinge seu ápice: enquanto os Membros usufruem merecidamente do programa subsidiado DP-Med (onde a Defensoria arca com 80% do custo), a imensa maioria da força de trabalho ativa do Quadro de Apoio e seus dependentes, permanecem asfixiados, represados em faixas menores de valores que sequer cobrem o custo da mensalidade do titular do plano.

Toda essa conjuntura evidencia que o discurso de escassez tem sido aplicado de forma seletiva: as escolhas administrativas têm priorizado a implementação célere de benefícios destinados aos membros da instituição, enquanto as demandas do Quadro de Apoio permanecem sucessivamente adiadas.

O Sucateamento do Quadro de Apoio

Além da recusa em garantir isonomia nas verbas sociais, o nosso Quadro de Apoio enfrenta um processo crônico de sucateamento que nos isola completamente do restante do ecossistema de justiça fluminense. Ao compararmos a nossa realidade

com a de outras carreiras de Estado correlatas (como o Tribunal de Justiça, Ministério Público e Procuradoria-Geral do Estado), o abismo remuneratório provocado por anos de desvalorização torna-se irrefutável.

Os dados comprovam que a categoria amarga hoje uma defasagem salarial média geral de **55,79%** em relação às instituições congêneres. Quando analisamos as carreiras de forma individualizada, a disparidade é ainda mais punitiva: nossos Analistas recebem, em média, **65,85%** a menos do que seus pares em outros órgãos, enquanto os Técnicos enfrentam uma defasagem de **45,72%**.

No âmbito das verbas indenizatórias — que deveriam garantir condições básicas de sobrevivência e exercício da função — o cenário de esgotamento é ainda mais grave. O déficit médio dos nossos auxílios (alimentação, transporte e saúde) atinge a expressiva marca de **149,20%** de defasagem frente ao que é praticado no sistema de justiça.

Essa obsolescência reflete-se em cada aspecto da vida do servidor: nosso auxílio-alimentação encontra-se **62,17%** defasado, o auxílio-transporte apresenta uma desproporção de **122,83%** e, na saúde, o abismo atinge o nível crítico de **91,99%** de defasagem perante o mercado e os demais órgãos.

O contraste orçamentário intramuros reforça a preocupação da categoria: os dados recentes revelam que os Membros da instituição alcançaram um incremento financeiro que se mostrou **25,52 vezes superior** àquele repassado ao Quadro de Apoio. A manutenção desse modelo desigual e asfixiante está transformando a Defensoria Pública em uma mera "carreira de passagem", provocando uma evasão contínua de talentos e o desperdício da memória institucional e de recursos públicos por absoluta falta de respeito e paridade de armas.

Isso significa que um servidor na Defensoria Pública que possua 16 anos de casa, auferir renda mensal inferior aos servidores que ingressam no início de qualquer outra carreira do sistema de justiça.

A Hora da Mobilização

Diante de tudo o que vivenciamos — desde as tentativas frustradas de diálogo e promessas não cumpridas, passando pelo abandono e ataques durante a nossa atuação no Parlamento, até chegarmos à inaceitável recusa em tratar nossas verbas sociais com isonomia —, a conclusão é uma só: o nosso limite foi atingido. A política

de sucateamento e invisibilidade imposta ao Quadro de Apoio não pode mais ser tolerada.

Não podemos permitir que a Defensoria Pública, historicamente reconhecida como a trincheira na defesa da igualdade e da dignidade humana da porta para fora, continue aprofundando um abismo excludente da porta para dentro. A justiça e o resgate da dignidade que a Instituição promove na sociedade precisam, obrigatoriamente, começar dentro da nossa própria estrutura administrativa.

O momento exige união, participação e compromisso coletivo. Permaneceremos firmes na defesa dos interesses da categoria, sempre pautados pelo diálogo institucional, pelo respeito e pela busca de soluções concretas. A verdadeira união, tão importante para o fortalecimento da Defensoria Pública, constrói-se com transparência, respeito mútuo, valorização de todos os seus integrantes e tratamento isonômico entre aqueles que diariamente contribuem para a missão institucional.

Chegou o momento de intensificarmos uma mobilização firme, técnica e permanente. A categoria buscará, em todas as instâncias legítimas de diálogo e atuação institucional, a efetivação dos direitos que lhe são assegurados. Seguiremos defendendo a correção das assimetrias, a superação das desigualdades nas verbas indenizatórias e a valorização efetiva do nosso Quadro de Apoio. A Defensoria Pública é construída diariamente pelo trabalho conjunto de **Membros e Servidores**, e esperamos que essa contribuição seja reconhecida por meio de políticas de valorização compatíveis com a importância da nossa atuação para a Instituição.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 2026.

Bruno Cardoso Pinto
Presidente



Thaís de Andrade Rabelo
Vice - Presidente

Diego Veras Barros
Diretor Executivo

Denise Fernandes Cardoso
Diretora Social

Jéssica Cristine de Oliveira Faria
Diretora Executiva

Victor Emanuel da Luz Nascimento
Representante de Região

Mariana Rodrigues Brochado
Representante de Região

Lucas Martins Bohrer Zullo
Representante de Região

Nathália Lira Brígida
Representante de Região

Iranildo de Melo Lins
Representante de Região